



## Golpe militar, Brasil, 1964: o magistério gaúcho nos jornais

### Military Coup, Brazil, 1964: The teachers of Rio Grande do Sul in the newspapers

Beatriz T. Daudt Fischer  
beatrizf@unisinos.br

---

**Resumo:** O que diziam os jornais acerca do magistério no período que precedeu o golpe militar em 1964? E que discursos passaram a aflorar neles no tempo imediatamente seguinte? Investigando três importantes periódicos gaúchos da época (*Correio do Povo*, *Última Hora* e *Zero Hora*), foram analisados editoriais, reportagens e demais matérias jornalísticas que tiveram como foco o professorado. Nos meses anteriores ao golpe, acontecimentos discursivos anunciavam rupturas, transformações estruturais na sociedade brasileira. Especial destaque receberam campanhas de alfabetização de adultos, inspiradas no Método Paulo Freire. Movimentos diversos se desdobraram, às vezes anarquicamente. Aconteceu o golpe. Redes de poder que antes tinham feito emergir forças contrárias ao estabelecido agora não encontravam condições de existência. Percebe-se a edificação de “um modo de ser da ordem”. A análise dos dados permite apontar que todo regime de verdade vem conectado a um sistema de poder que o produz e sustenta. Quarenta anos depois, cabe talvez perguntar: que outros golpes, de caráter simbólico ou não, o magistério continuou (e continua) sofrendo, não só no sul do Brasil, como nos demais rincões deste país?

**Palavras-chave:** história da educação, magistério, discursos, relações de poder.

**Abstract:** What did the newspapers publish about the teachers of the state of Rio Grande do Sul in the period before the military coup d'état in 1964? And what discourses came up immediately after that? This article presents the results of an investigation of three important local newspapers in that time (*Correio do Povo*, *Última Hora* and *Zero Hora*), particularly their editorials, news stories and other news focused on the teachers. In the months prior to the military coup d'état there were discourses announcing ruptures, a structural transformation in Brazilian society. Adult literacy campaigns inspired by the Paulo Freire Method received special attention in the newspapers. Various movements were developing at the time, sometimes anarchically. But then came the coup. Power networks that had supported forces opposed to the status quo were now unable to subsist. A “new way of being based on order” was created. The data analysis shows that every truth regime is connected to a system of power that produces and supports it. Forty years later one might ask: what other coups, of a symbolic nature or not, have the teachers continued to suffer not only in southern Brazil, but also in other areas of this country?

**Key words:** educational history, teaching, discourses, power relations.

---

[...] não parecia difícil ser feliz no inverno de 1963. No último inverno antes da desesperança [...] Ladrões federais roubavam menos, crime organizado era coisa de filme americano. Prédios dispensavam guaritas, casas adormeciam com janelas abertas, como os vidros do Simca-Chambord estacionado na rua (Augusto Nunes *in* Elmir, 1995, p. 137).

A vida cotidiana seguia seu rumo, mas paulatinamente os jornais começam a acusar manifestos contra “ideologias de esquerda que se vem infiltrando nos meios estudantis” (CP, 1º out. 63, p. 16). É comum matérias de jornais que aludem ao “clima” que vive o país. As pessoas querem melhor entender o que se passa na sociedade, a qual cada vez mais se parece com um caldeirão que começa a ferver. Jovens participam de palestras promovidas pela União Gaúcha de Estudantes sob o título “O engajamento do estudante no momento histórico”. Até mesmo um órgão técnico, como o SEDEP (Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino), da Secretaria de Educação do Estado (RS), promove seminários, incluindo entre os objetivos “a conscientização do professor, alertando-o para os problemas da atualidade brasileira” (CP, 5 out. 63, p. 13). Intensificam-se os noticiários acerca dos Círculos de Cultura e da Campanha Nacional de Alfabetização desencadeada pelo governo federal. Ao mesmo tempo,

os jornais publicam acusações sobre a possível militância esquerdista do ministro da Educação, Paulo de Tarso, e, por extensão, do presidente da República, João Goulart<sup>1</sup>.

Em 1963, mais precisamente em setembro, acontece a primeira greve de professores no Rio Grande do Sul. Trata-se de um forte movimento desencadeado por professoras e professores contratados do Estado, em luta pelos vencimentos em atraso desde abril daquele ano e pelo pagamento das férias a que tinham direito. Promovem “marchas” e concentrações em frente ao Palácio Piratini: “Pela primeira vez em sua história, o professorado do estado do Rio Grande do Sul foi à praça pública reclamar por seus direitos”. É fundado o Movimento de Reivindicações do Magistério Contratado; e as professoras primárias contratadas acusam sua entidade de classe, o CPPE, de omissão (UH, 11 set. 63, p. 3). Mas teriam as professoras encontrado apoio em outras instâncias de poder? Os periódicos consultados não respondem a esta questão<sup>2</sup>.

No Rio Grande do Sul, assim como nas demais regiões do Brasil, há uma forte efervescência política. Ildo Meneguetti é eleito governador, representando as elites conservadoras – as quais se opõem veementemente ao governo anterior (o governo de Leonel Brizola, de 1958 a 1962) – e convida para “a pasta da educação”

alguém que revela não possuir filiação partidária: em janeiro de 1963, pela primeira vez em nosso Estado, uma mulher e professora, a senhora Zilah Totta<sup>3</sup>, assume a Secretaria de Educação e Cultura.

Era uma coisa interessante, porque se tratava de um governo do então PDS unido ao PL e à UDN, se não me engano, liderado por um político tradicional de Porto Alegre, o engenheiro Ildo Meneguetti. A professora Zilah era uma pessoa que tinha exercido educação em todas as áreas, isto é, dando aulas, dirigindo escola, etc. Sem querer categorizar pessoas, eu a chamaria de uma pessoa progressista, embora palavras como esta estejam sempre revistas. Parecia, pois, impossível para o cargo naquela hora. De qualquer maneira, naquele momento me pareceu que foi assim, e surpreendeu até, eu acho assim, a coletividade dos educadores, quando viram a professora Zilah Totta chamada para ser secretária (Fagundes *in* Andreola, 1995, p. 59).

De fato, naquele instante, a professora Zilah – por sua personalidade, filosofia e ação, reveladas no cotidiano – incorpora a síntese do magistério de então. Seus pronunciamentos – “A educação é uma obra de todos...” (CP, 30 out. 63, p. 11) – revelam influências do discurso proveniente do Concílio Vaticano II. Zilah faz questão de deixar explícito que é a favor da justiça social. Também defende, mais de uma vez, a importân-

<sup>1</sup> Neste artigo são apontados alguns discursos divulgados na época pela imprensa gaúcha, discursos estes que tinham o magistério e a educação como foco primordial. Para tal, inicialmente foram selecionados dois dos principais periódicos em circulação entre os gaúchos, o *Correio do Povo* e a *Última Hora*. O *Correio*, embora tenha surgido como “um jornal aberto a todas as manifestações de pensamento” (1º out. 1945, p. 2), de fato teve sua linha editorial identificada como de tendência conservadora. Desta forma, como contraponto, adotou-se o periódico *Última Hora*, considerado “popular”, mas reprimido pelo golpe militar de 1964. Na capa de *Última Hora* de 25 de abril daquele ano, há um pronunciamento da Editora Flan S.A. a respeito da interrupção da publicação e do desejo de retornar às bancas o mais rápido possível. Tal desejo, entretanto, não se efetivou. Por esse motivo, a contar de maio daquele ano, outro periódico passa a integrar o conjunto de documentos pesquisados. Trata-se do jornal *Zero Hora*, o qual, dentro das possibilidades permitidas pelo regime então instalado, podia em parte ser considerado um periódico de linha popular. Os periódicos consultados são aqui indicados como: CP (*Correio do Povo*), ZH (*Zero Hora*), UH (*Última Hora*) e NH (*Jornal NH*) do município de Novo Hamburgo.

<sup>2</sup> O CP mantém a sua tradicional *neutralidade*, enquanto UH revela um claro entusiasmo diante da ousadia dos professores, mais pela oposição que esta empresa jornalística faz ao Governo do que pelas idéias que motivam o movimento. Mas, nos anais da Assembléia Legislativa, conforme Pesavento (1992, p. 87), registra-se que o Partido Trabalhista Brasileiro e Movimento Trabalhista Renovador lamentam o atraso no pagamento dos professores, enquanto Nelson Marchezan, do Partido Democrata Cristão, defendia o direito de o governo contratar novos professores “quando bem entendesse”, e nisso era apoiado pelo Partido Social Democrático. Vale aqui registrar textualmente a seguinte descrição: “Ante a defesa inflamada dos professores em greve, feita pelo deputado petebista Lamaison Porto, o deputado Darcy Conceição, do PSD, levantava o espantelho da infiltração comunista no magistério gaúcho, bem como denunciava os métodos terroristas empregados pelo PTB. Seu discurso, no qual acusava os demagogos do PTB de conduzirem o país à escravidão e ao servilismo, à Rússia bolchevista e à Cuba de Fidel Castro, foi recebido com risos pelos parlamentares petebistas [...]” (Pesavento, 1992, p. 87).

<sup>3</sup> Professora da rede pública estadual.

cia de a escola se integrar à comunidade. Mas, com a mesma veemência, insiste em se manter apartidária<sup>4</sup>.

As ações e falas da professora Zilah evidenciam um caráter religioso, católico, mas de profundo respeito às diferenças, o que fica evidente, por exemplo, nas notícias referentes aos rituais previstos por ocasião da Semana do Professor. Solicita aos dirigentes de diversas confissões religiosas de Porto Alegre que promovam, na data, cultos especiais, de maneira a que todo o magistério participe integralmente das comemorações. As notícias da semana confirmam rituais nas igrejas batista, israelita, episcopal, embora o convite oficial, em destaque na imprensa, continue sendo para a missa católica (CP, 13 out. 63, p. 16). Da mesma forma, Zilah convida para uma assembléia de professores, relacionada à campanha do Rosário em Família, encarecendo junto às direções escolares a importância de os professores participarem daquele ato; assinala, entretanto, que se trata de “atividade espontânea, sem constrangimento no que tange à liberdade de participação, dado o caráter fundamentalmente religioso da promoção” (CP, 30 out. 63, p. 12). Ela, portanto, ao mesmo tempo em que reforça valores cristãos e insiste em rituais e campanhas católicas, tradicionalmente incorporadas às práticas do magistério, imprime também uma dimensão que revela abertura para idéias divergentes. Ela ocupa o cargo sem deixar de ser *uma professora* de seu tempo: mulher, católica, defensora de um cristianismo que se renovava, sensível aos problemas sociais em geral e particularmente aos de sua classe. Desde os

primeiros momentos, ao assumir o cargo de Secretária da Educação, a professora Zilah não só manifesta ser conhecedora dos problemas que atingem o sistema educacional gaúcho, como também evidencia possuir um pensamento aberto ao diálogo e à participação: “[...] a Secretaria de Educação e Cultura não será administrada por mim, mas pelo Magistério”, afirma em entrevista concedida à *Revista do Ensino*, em março de 1963<sup>5</sup>.

Faz-se importante trazer à tona tais detalhes, na medida em que ajudam, em parte, a descrever o clima que se vivia no magistério do Rio Grande do Sul. A rápida passagem desta professora pela Secretaria serve também para indicar que, naquele momento, pareciam existir condições para se efetivarem práticas de vanguarda. Uma de suas primeiras iniciativas, nesse sentido, foi a constituição de um grupo que, sintonizado com as questões emergentes ligadas à cultura e educação popular, pudesse desencadear a formação de Círculos de Cultura<sup>6</sup>. Para tanto, uma das principais decisões consistiu em trazer Paulo Freire, o que de fato ocorreu em julho daquele ano: “Nós trouxemos Paulo Freire a Porto Alegre, em julho de 63. Ele deu a largada para o treinamento dos professores. Abrimos um trabalho de voluntariado, para fazer o Círculo de Cultura [...] abrimos inscrições, foi uma coisa que criou um impacto na cidade, porque as inscrições foram tão numerosas que o Paulo Freire levou um susto quando chegou. Era uma multidão” (Zardim in Andreola, 1995, p. 12).

Paulo Freire viera ao Rio Grande do Sul a convite da Divisão do Ensino Primário (onde se inseria o Serviço de Educação de Adolescentes e

Adultos), que, aliada à Divisão de Cultura, encabeçava toda a iniciativa dos projetos alternativos que começavam a se espalhar em Porto Alegre e em algumas cidades do interior. Na liderança desse grupo, entre outros, destaca-se o nome da professora Ana Zardim, cujas palavras a seguir resumem algumas convicções que alicerçavam saberes e práticas do magistério naquele período:

[...] as pessoas naquele momento estavam preocupadas de que a educação tinha que mudar a sua linguagem, que tinha que acabar [a situação] que [fazia com que] a escola fosse uma escola para somar privilégios; que realmente, se a gente quisesse avançar, em termos de sociedade democrática, tinha que haver cada vez mais a participação de todos os setores da sociedade [...] que a escola, por exemplo, deixasse de ser seletiva, que atingisse a todos, que a escola realmente se expandisse para todos. A gente achava, naquela ocasião, que realmente por aí começava um processo de democratização do país. Democratização da cultura e, fundamentalmente, da educação (Zardim in Andreola, 1995, p. 21).

Segundo matérias jornalísticas, “o Programa de Cultura Popular constitui a principal meta da administração da SEC/RS” (CP, 9 jul. 63, p. 4), a qual leva em frente “uma importante experiência no campo da alfabetização popular. Em doze locais, onde reúnem operários, domésticas, marginais e desempregados, num total de 300 alunos adultos, estas jovens (moças voluntárias) criaram um novo método de ensino, baseado no sistema Paulo Freire” (CP, 21 dez. 63, p. 3).

Por outro lado, manifestações de base repressiva, provenientes das

<sup>4</sup> Matéria da UH (30 nov. 63, p. 30) a identifica como pertencendo aos quadros do Partido Democrata Cristão, mas em janeiro de 1964, após sua destituição do cargo, ela declara: “Minha intenção é a de continuar apartidária” (UH, 7 jan. 64, p. 4).

<sup>5</sup> “Um Educador na Pasta da Educação” é o título de uma reportagem da *Revista do Ensino*, onde a professora Zilah revela claramente suas intenções, afirmando que “educação é uma obra de comunidade. Ela só responderá realmente à nossa época se tiver esse sentido comunitário”. E, na mesma matéria, também diz: “Reputo a educação humanística como básica, mas não podemos permanecer só neste plano humanista. Tudo reclama, na nossa época, êste desenvolvimento técnico para o qual temos de preparar nossos alunos; mas isso sem verba não é possível” (RE, mar. 63, p. 4). Este mesmo pensamento ela expressa em entrevista concedida em 25/10/63 ao *Jornal NH*, de Novo Hamburgo.

<sup>6</sup> Andreola (1995) apresenta uma fonte riquíssima em informações acerca deste significativo episódio na história da educação do Rio Grande do Sul.

forças políticas de direita – que desde a Guerra Fria marcam sutil, porém poderosa presença na América Latina – tomam lugar de destaque na sociedade brasileira, das mais diversas formas<sup>7</sup>, inclusive associada ao discurso da emancipação da mulher. Gil da Marinho, colunista social do jornal *Última Hora*, em meio a descrições de bailes e coquetéis da alta sociedade, inicia uma série de comentários envolvendo o que denomina de “política feminina”: “Hoje a mulher que se conserva alheia à realidade pode ser linda, mas é positivamente *chata*, se me permitirem a gíria” (UH, 6 nov. 63, p. 19). O texto segue, divulgando que o Movimento Nacionalista Feminino patrocina um curso de *Introdução aos Problemas Brasileiros*, ministrado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A matéria encerra com uma listagem dos temas, entre os quais se destacam: problemas do capital estrangeiro e a luta contra a espoliação do nosso país; reforma agrária; reformas de base e custo de vida; o papel da mulher na Revolução Nacional Brasileira; o cristão e a Revolução Nacional Brasileira (UH, 6 nov. 63, p. 19). Pesquisas posteriores vieram a identificar o Movimento Nacional Feminino como um dos dispositivos utilizados pelas forças promotoras do golpe de 1964. Segundo Moniz Bandeira (1973), “organizações de extrema direita, que se apre-

sentavam (quase todas) com o rótulo de *democráticas*, [eram] uma espécie de *trade mark made in USA*” (p. 428)<sup>8</sup>. Isso se comprova efetivamente quando, na primeira semana após a tomada do governo pelos militares, a mesma colunista registra com alegria os preparativos que se fazem para a efetivação do “comício do dia 7 de abril” (UH, 26 mar. 64, p. 7).

Nos jornais de outubro de 1963, percebe-se claramente que forças divergentes se digladiam no país. Um artigo intitulado “Analfabetismo e Latifúndio”, assinado por Manoel Sarmiento Barata, pode ser configurado como um texto radical para a época. Nele, inicialmente o autor faz referência a uma fala proferida pelo ainda ministro Paulo de Tarso, o qual defende a idéia de se iniciar pela reformulação social, em lugar do refrão “primeiro educar o povo, depois fazer as demais reformas”. A argumentação de Barata reforça as idéias do ministro:

[...] educar o povo não é distribuir cartilhas de alfabetização ao campo-nês esmagado pelo latifúndio, não é ensinar-lhes a desenhar o nome, ou mandar professores mato adentro, a dizer-lhes coisas elevadas e patrióticas, que logo serão desmentidas pelas evidências do meio e dos sagrados direitos do patrão. [...] Felizmente hoje o govêrno começa a desmascarar os doutrinadores da falsa educação [...] (UH, 9 out. 63, p. 6).

Ao mesmo tempo, em outro órgão da imprensa, manifesta-se justamente o discurso oposto ao anterior: Num longo artigo intitulado “Além da enxada e do alfabeto”, Egydio Hervé defende, entre outras coisas, que “nenhuma reforma é mais urgente que a do ensino”, mas que ela deverá ocorrer paralela a uma campanha “de moral e espiritualidade”, porque é preciso reforma “sem atropelo”. O artigo encerra criticando o Sr. Paulo de Tarso, “que deu 15 milhões aos meninos da União Nacional de Estudantes e seus Zangões Vermelhos” (Especial para o *Correio do Povo*, CP, 10 out. 63, p. 6).

Sob o ângulo de representação, neste momento as professoras primárias têm na liderança de sua entidade a professora Lucy Monteiro, que assina textos como este: “Professor [...]. Tu és responsável por um mundo em que a bondade e a alegria se tornem eternamente presentes. É bela a tua vocação” (CP, 15 out. 63, p. 20)<sup>9</sup>. Mas um discurso distinto também emerge, assumido pelas professoras contratadas: “Colega: Você está em dia com seus vencimentos? Não está?! Quando irá receber? Não sabe?! Até quando há de continuar assim? Não acha que poderíamos tomar uma atitude?” O texto segue convite para uma assembléia, com a seguinte conclamação final: “Lembre-se: Estamos dispostos a ir à greve se tal medida for necessária” (CP, 4 out. 63, p. 10)<sup>10</sup>.

7 Conforme documentos citados por Moniz Bandeira (1973), desde 1947, quando foi criada a CIA, vários acordos (como o *Ponto IV*, em 1952, ou mesmo a conhecida *Aliança para o Progresso*, nos anos 1960) já operavam no Brasil, sob a doutrina de *contenção do comunismo*. Ao nível micro da sociedade, conta o jornal, por exemplo, que uma professora, do 2º Científico do “Colégio Julio de Castilhos”, atribuiu o seguinte tema para redação: “Infiltração comunista no Brasil”; durante a aula, teria feito a seguinte observação: “Vou premiar com um zero todo aquele que disser que a infiltração comunista não existe, ou que em seu trabalho insinuar idéias marxistas” (UH, 24 out. 63, p. 3).

8 Segundo consta, várias outras entidades passaram a existir e a se fortalecer naquele momento. Assim, “o IBAD [Instituto Brasileiro Americano de Desenvolvimento] se multiplicou numa série de organizações subsidiárias, entre as quais a Ação Democrática Popular, a Campanha da Mulher Democrática, a Frente da Juventude Democrática e a Ação Democrática Parlamentar, além de tentáculos junto ao proletariado”. Algumas dessas, por sua vez, também se desdobraram em outras denominações e siglas, tendo, porém, os mesmos objetivos: evitar a propagação de idéias socializantes que, no país, começam a tomar fôlego (Bandeira, 1973, p. 428).

9 A professora Lucy Monteiro não consegue que suas idéias políticas alcancem total hegemonia entre o professorado, chegando a ser acusada de integrar o “esquema político governista” (UH, 16 mar. 64, p. 7). Suas mensagens (“Só tu, professora, porque és mãe espiritual, podes fazer desencadear a ternura [...]”) não parecem combinar com o momento (CP, 14 out. 62, p. 10). Este, porém, é o discurso vencedor, que a mantém na presidência da entidade por três gestões consecutivas (1962, 64 e 66), de onde sai como candidata a suplente para o Senado Federal, pelo Partido Democrata Cristão” (CP, 16 out. 66, p. 12). Referências quanto ao resultado deste pleito não foram encontradas nos jornais pesquisados.

10 Em meio a isso tudo, as professoras descobrem na ironia um mecanismo de desabafo, encaminhando seus recados com humor, como este comentado na seção *Sem Censura*: “O professorado efetivo estadual de D. Pedrito roga ao governador Ildo Meneguetti envergar as vestes de Papai Noel e proporcionar a centenas de crianças pedritenses as merecidas alegrias de um natal, já que, em virtude do descaso com que é tratada a classe, não lhe é permitida tal ventura, por falta de crédito no comércio local” (CP, 16 dez. 63, p. 3).

Greves se desencadeiam pelo país afora. O governo do Estado, entretanto, para reverter a rebeldia dos professores gaúchos, ameaça demitir 11.800 professores contratados. Mas “o repúdio dos professores ao decreto [de demissão] foi unânime e, em certo momento [da assembléia], foi necessária a enérgica intervenção da Mesa para impedir que os professores – e principalmente as professoras – mais exaltados improvisassem uma marcha de protesto ao Palácio Piratini” (UH, 7 jan. 64, p. 5, não grifado no original)<sup>11</sup>.

Certamente, tais reações revelam o estopim da crise. As professoras, aquelas cândidas mocinhas e senhoras, sempre exaltadas em verso e prosa, agora decidem tomar posição. Como bem informava ainda em novembro um telegrama enviado ao jornal por um grupo de estudantes de Uruguiana, o cenário era desesperador: “Alguns professores vendem seus bens para conseguir sustento” (CP, 25 nov. 63, p. 3).

Ao longo desses acontecimentos, também se processa “a crise Zilah Totta”. Em janeiro, o jornal *Última Hora* estampa na capa a manchete: “Dispensa de contratados pode provocar a renúncia de Zilah [...]” (UH, 3 jan. 64, p. 1).

Foi em janeiro de 1964 a gota d’água, o estopim, porque ele [o governador Meneguetti] exigia que ela assinasse uma portaria que viria em prejuízo de um grupo muito grande de professores contratados. Eles [os que estavam no governo] exigiam, sei lá, todas as decisões partidárias e politiquieras, e ela se negou. Ela disse que, como professora, não tomaria uma decisão contrária [à classe] [...] (Zardim in Andreola, 1995, p. 26).

Assim, Zilah, que havia introduzido a prática participativa na administração, Zilah que defendera o direito dos contratados, Zilah, que havia reforçado a integração escola-comunidade, Zilah que, como dizia o jornal, ordenara “blitz contra analfabetismo” (“Em colaboração com o Plano Nacional de Alfabetização [...] baseado no Método Paulo Freire”, UH, 18 dez. 63, p. 7), esta senhora – que representava pela primeira vez a presença da mulher e da professora no comando da Secretaria de Educação – seria demitida.

Quando o calendário lembra que março de 1964 chegou, as professoras – como muitos brasileiros – estão cheias de esperança, convictas de alcançar seus direitos, denunciando, com muita coragem, sua situação de atraso nos pagamentos e respectivo reajuste salarial<sup>12</sup>. “De nada adiantam as palavras do Govêrno. O magistério sofre e quer atos. Greve geral das professoras primárias foi deliberada [...] em assembléia geral da classe” (UH, 5 mar. 64, p. 1-3).

Ariosto Jaeger, tendo assumido o cargo de secretário de Educação após a queda da professora Zilah, coloca em ação alguns mecanismos repressivos, começando por ditos oficiais, permeados de admoestações, lembrando que “a figura do mestre, pedra angular da formação das novas gerações, não deve ser distorcida pelas paixões polífticas e ideológicas que passageiramente empolgam as comunidades” e que, “[o governo] não permitirá a perturbação da ordem [...]” (UH, 18 mar. 64, p. 1).

Entretanto, “ignorando as ameaças do govêrno do Estado, mais de três mil professores primários, reunidos em assembléia geral, [...] decidi-

ram aderir à greve do magistério público” (UH, 18 mar. 64, p. 8). Ou seja, transforma-se em manchete o fato de que “professores primários” passam a integrar o movimento. Talvez seja esta a diferença maior entre tudo o que esteja sendo considerado ousadia neste instante: professores primários – melhor dizendo, mulheres professoras – decidirem por uma greve. “O professorado gaúcho acaba de escrever uma página nova na história. Havia, é certo, a indecisão de alguns, por princípios filosóficos; de outros, em função da repetição insistente do *slogan* que fala em compromissos de ‘sacerdócio’. Porém, esse estereótipo acabou deixando cair a máscara [...]” (UH, 19 mar. 64, p. 2). Algo realmente revolucionário se anunciava. Quanto tempo duraria a ilusão de possuir a força do mundo? Quanto dia se dormiria ainda com a esperança de acordar e encontrar espaço para a esperada transformação não só das condições do professorado, mas da sociedade como um todo?

Nos dias seguintes, no mesmo periódico, a força de determinado poder faz-se visível: “Professoras, que participaram da recente greve da classe, estão sofrendo pressões por parte das diretoras de escolas” (UH, 25 mar. 64, p. 11).

Paralelamente, o movimento pela alfabetização de jovens e adultos vinha conquistando a simpatia da opinião pública nacional. No Rio Grande do Sul, notícias diárias acusam o apoio que a comunidade em geral vem dando a tais propósitos. “Vamos alfabetizar minha gente” é o convite que se faz nas páginas do jornal, o qual aproveita o espaço para marcar sua posição, denunciando as

<sup>11</sup> Ao longo desta pesquisa, as citações foram mantidas em suas respectivas grafias de origem.

<sup>12</sup> Para tanto, utilizam as mais variadas formas, valendo-se inclusive do humor crítico, como revela este “Padre nosso”, enviado à seção *Sem Censura*: “Santo Ildo Meneguetti, que estás no Piratini / Louvado seja o teu nome no cerro do Balori / Atende teus compromissos como Governador, aqui na capital como no interior / Para que teu nome seja respeitado, deixa de andar assim tão atrasado / Perdoa nossas dívidas com a Energia Elétrica, para que nossa situação não seja tão patética / Livra-nos da miséria e da fome, medita naquela que não come / Vê a taça amarga que nos deste e o Pires mau que contra nós investe. Não nos deixeis espancar pela Polícia de Choque, e afasta-nos do teu coronel Pachoque. Amém” (UH, 7 mar. 64, p. 11).

manifestações que resistem veementemente a esta onda revolucionária em favor dos oprimidos: “[...] o governador Carlos Lacerda já abriu a boca para denunciar que o método [Paulo Freire] é comunizante” (UH, 29 jan. 64, p. 3). “[...] são de entusiasmar a rapidez dos resultados, assim como seu aprofundamento, o seu poder verdadeiramente conscientizador das massas [...]” (UH, 21 fev. 64, editoriais da p. 2).

Em janeiro de 1964, assume como prefeito de Porto Alegre o senhor Sereno Chaise, do Partido Trabalhista Brasileiro, que inclui, entre as prioridades iniciais de seu governo, o preparo de professores e voluntários para a aplicação do “Método Paulo Freire”<sup>13</sup>. Ainda que com o embargo de alguns grupos, a proposta segue em frente, articulando várias forças de base progressista: “O Ministério de Educação e Cultura, a Prefeitura Municipal de Pôrto, a União Estadual de Estudantes, a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas, a Federação de Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul, o Diretório Central de Estudantes e o Instituto de Cultura Popular têm a honra de convidar o magistério, os estudantes e os interessados em geral, para a conferência do Professor Paulo Freire [...] intitulada: *O Tempo Brasileiro e a Educação*. Esta conferência marcará o início da campanha de erradicação do analfabetismo adulto em nossa Capital, através do planejamento elaborado pela Divisão de Cultura Popular da Municipalidade” (UH, 24 mar. 64, p. 3).

Assim, na semana que antecede a deflagração do golpe militar, Porto Alegre tem o privilégio de receber, pela segunda vez, aquele que mais tarde viria a ser considerado

um dos principais intelectuais do campo educacional do século XX. Eis uma das matérias que reportam aquele momento:

A hora é de definições. Este é um período de transição, de crise, em que velhas tarefas, velhas posições, procuram resistir, enquanto emergem novas tarefas e novas posições, procurando se afirmar, disse o sociólogo Paulo Freire, em palestra que dirigiu a cerca de mil pessoas, ontem à noite, no salão de Atos da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O professor Paulo Freire, idealizador do método de alfabetização em 40 horas e que se encontra no Estado em companhia do ministro Sambaqui, proferiu a conferência [...] “Tempo Brasileiro e a Educação”. Partindo da análise da conjuntura nacional, o prof. Paulo Freire teceu considerações em torno do problema educação no Brasil, na atualidade. De acôrdo com seu depoimento, a educação de hoje deve ser processada em termos de cultura popular, isto é, “desalienadora, contribuindo para a tomada de consciência, a opção, a conscientização e a politização”. Especificou ainda que a educação deva se ligar ao processo histórico, tendo em vista as condições do momento. Em outro tópico de seu pronunciamento, o prof. Paulo Freire fez uma apreciação em torno das forças políticas atuantes no Brasil, definindo o *reacionário* como aquele que se considera dono da verdade, do processo histórico e ausente do trabalho de democratização do país. Classificou como revolucionária a atividade emergente de renovação que, sem se adonar do processo histórico, contribui para seu desenvolvimento, ajudando a que os outros se ajudem, em posição mais crítica que emocional, considerando o homem como sujeito da história e não objeto dela. Após esclarecer sua opção política, frisando ser cristão-católico de esquerda e pedindo a outros cristão-católicos

ibadianos que não interfiram em sua opção política, o professor Paulo Freire dirigiu apelo para que todos atuem, não sejam omissos. E frisou: “particularmente nós aqui reunidos que provavelmente compomos 1% dos brasileiros que atingem a Universidade e que estamos em débito com o povo” (UH, 25 mar./64, p. 14).

O chamamento aos brasileiros, diante de um país que grita por mudanças estruturais, ecoa na sociedade, fazendo repercutir discursos de variados matizes. Posições radicalmente opostas e amparadas por forças claramente antagônicas em seus interesses, valem-se das mesmas palavras para proclamar “a defesa da democracia”. Nos mais variados recantos do Brasil repercutem enunciados que falam da “educação do povo” como a solução para o país.

Em outras palavras, lendo a sociedade brasileira de então, fica muito claro que, precisamente naquele instante histórico, parecem encontrar espaço as condições de possibilidade para que práticas de emancipação efetivamente se consolidem. Mero sonho de verão. Em seguida acontece o golpe militar. A ingenuidade dos primeiros dias, porém, ainda permite que se esbocem algumas ilusões em resistir, como se lê no jornal *Última Hora*: “várias manifestações contra o golpe militar de 31 de março” e, entre elas, “o Comando de Reivindicações do Magistério do Estado que participou da última greve vitoriosa da classe [...] instalou sua sede, ontem, pela manhã, no 1º andar da Prefeitura Municipal [...] [convocando] todos os professores a se manterem fiéis à Constituição e às reformas reclamadas pelo Presidente da República” (UH, 2 abr. 64, p. 15).

Entretanto, nas semanas e meses que seguem vamos encontrar: “Sus-

13 No momento em que ele vai organizar seu secretariado, os colaboradores da professora Zilah na Secretaria de Educação “depositam seus cargos em sinal de solidariedade” pela demissão ocorrida (UH, 5 jan. 64, p. 4). Então, os professores e professoras que integravam a equipe da Divisão de Cultura Popular da SEC são convidados a integrar agora o Departamento de Educação Municipal e, assim, dar continuidade aos seus propósitos, logo anunciados: “Duzentas equipes farão a guerra ao analfabetismo em Porto Alegre” (UH, 23 mar. 64, p. 5).

pensos direitos políticos de 34 pessoas” (ZH, 8 maio 64, p. 10). “Castelo Branco decreta fim da UNE” (ZH, 4 jul. 64, p. 1). “A promessa de que os líderes da greve não seriam punidos não foi cumprida, pois todos foram incluídos na última lista de expurgos” (ZH, 2 out. 64, p. 5). “Governador usará a Lei de Segurança Nacional para punir agitadores” (CP, 7 out. 64, p. de capa).

O poder geralmente não precisa ser acionado de forma drástica, a não ser nos momentos de sua fragilidade. Então, na medida em que cresce o enfrentamento entre as partes, mais vigora a explicitação da autoridade constituída, no caso o Estado, que passa a valer-se do uso da força como último recurso para legitimar-se.

Paralelamente, as tradicionais práticas são atualizadas, às vezes valendo-se de rebuscadas proposições, como esta, da Ação Democrática Feminina (ADF)<sup>14</sup> que, decidindo homenagear as normalistas de Porto Alegre, promove um encontro na Pontifícia Universidade Católica, cujo tema é digno de aqui ser anunciado em toda sua extensão: “Considerada esta verdade fundamental – o futuro da Pátria está nas mãos do professor primário – como deve agir o professor no roteiro de sua missão, satisfeita a consciência de sua responsabilidade?” (ZH, 13 out. 64, p. 12). Também o CPPE retoma antigas práticas, tanto ao reverenciar os falecidos – “romaria ao túmulo da professora Anfilóquia Magnus Assis, ex-presidente falecida no presente ano” (CP, 7 out. 64, p. 9) –, como ao falar aos seus associados através de conhecidos chavões: “Teus sofrimentos e tuas lutas trazem o signo indelével da verdade [...] Prossegue, professor, em tua missão e que o Mestre Eterno fortifique teu pensamento e tua ação. Valdecí Bezerra, 1ª. Presidente em exercício” (CP, 15 out. 64, p. 18).

Da mesma forma, retornam as saudações, seja nas palavras do senhor governador, Ildo Meneguetti – augurando que encontrem “os professores rio-grandenses o justo prêmio pelo dever cumprido”, seja nas do Secretário de Educação, Senhor Aristosto Jaeger, que reconhece nos mestres “o espírito de sacrifício demonstrado” (15 out. 64, p. 1).

Importante talvez fosse lembrar que, ao trazer à tona estes discursos, não se quer aqui postular a autonomia absoluta de um ou outro indivíduo na determinação dos fatos. Mas sua interdependência no balanço das tensões que ajudam a modular práticas sobre as quais eles têm uma responsabilidade direta. Os secretários de educação dos anos anteriores, por exemplo, ou a professora. Zilah Totta, em seus respectivos momentos na Secretaria de Educação, ainda que com projetos diferenciados e discursos aparentemente divergentes, possuem a mesma racionalidade de sustentação, já que idênticos são os enunciados que perpassam a sociedade ao longo desses anos: o magistério como vocação, a professora assumindo uma missão salvífica, a tarefa educativa tendo uma dimensão sagrada, e assim por diante. Pode-se até identificar no período da professora Zilah um germe de mudança – quanto à participação política do magistério –, mas sem força de sustentação, pois determinados regimes de verdade mantêm-se conectados com sistemas de poder autoritário que os sustentam.

Assim também, conforme já aludido anteriormente, nos primeiros tempos o golpe militar encontra certas restrições por parte de alguns grupos, os quais imaginam deter força para levar adiante antigos projetos, ousadas alternativas (seria ingenuidade ou presunção?), em favor de

uma sociedade com maior justiça social. Nominados como *agitadores*, suas iniciativas são abortadas, às vezes de forma violenta. Atos institucionais, com todas as suas conhecidas conseqüências, fazem desaparecer não só os projetos, mas, em muitos casos, as próprias pessoas. Há a imposição do silêncio como coibição das manifestações de opinião na esfera pública.

“Presidente Castelo Branco fala à imprensa: Os Inquiridos e as Investigações Estão Prestando Relevantes Serviços à Nação” (CP, 31 out. 64, p. 1): um discurso com forte poder de persuasão se instala a partir do governo militar, atingindo todas as camadas sociais. É possível perceber que as redes de poder que antes haviam acionado discursos divergentes – frente contra a carestia, movimento dos professores, reações estudantis, entre outros; ou ainda de projetos concretos, como as campanhas de educação e conscientização de adultos analfabetos, as atividades de cultura popular e outros similares – agora não encontram sustentação. Como argumenta Pinto (1989, p. 39), a condição de permanência de um discurso está diretamente relacionada com sua capacidade de transformar as condições que lhes permitiram emergir em condições que lhes possibilitem existir. De fato, forças divergentes ao estabelecido lutaram com dificuldades, tendo que enfrentar não só as poderosas práticas de uma sociedade autoritária, mas também tendo que administrar as lutas internas pelo poder, no seio de suas próprias articulações, como foi o caso algumas vezes envolvendo embates entre os próprios professores, quando de fato o “inimigo maior” deveria ser o Estado empregador.

<sup>14</sup> A sigla está diretamente relacionada aos grupos de direita, apoiadores do golpe militar. Segundo Moniz Bandeira (1973, p. 471), a Marcha com Deus pela Liberdade, que tinha como objetivo “açar a fúria anticomunista nas classes médias”, teve à frente a bandeira da Mulher Democrata e demais organizações congêneres.

Ainda que nas camadas submersas (Foucault, 1987) possam estar germinando futuras rupturas (no final da década de 70 e início de 80, por exemplo, o movimento de professores no solo gaúcho irá reiniciar sua história de lutas de forma marcante), neste tempo pós-golpe as práticas contestatórias paralisam. E, neste contexto, aquele antigo quadro – onde sempre esteve traçada a pauta que a mestra deveria seguir – volta a tomar seu lugar de destaque. Agora, porém, com discursos que argumentam em favor de reformas no sistema educacional da nação. Alguns mecanismos de controle se tornam mais racionais e sofisticados quanto mais se fazem reconhecidos. Assim, na medida em que aumenta a capacidade de indignação de professores diante de fatos antes aceitos com naturalidade, surge o discurso da modernização, ao qual o magistério parece aderir até mesmo com entusiasmo num primeiro momento, já

que faz renascer a esperança do *novo*. Verdades inventadas proliferam. Confirma-se aí, mais uma vez, que todo regime de verdade vem conectado com um sistema de poder que o produz e o sustenta. Quarenta anos depois, cabe talvez perguntar: que outros golpes, de caráter material ou simbólico, o magistério continuou (e continua) sofrendo, não só no sul do Brasil como nos demais rincões deste país?

## Referências

- ANDREOLA, B.A. 1995. *O Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul: história, influências e desdobramentos*. Porto Alegre, RS. Relatório de pesquisa. UFRGS/FACED/DEBAS, 52 p.
- BANDEIRA, M. 1973. *Presença dos EEUU no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 497 p.
- CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1963-1964 (todas as edições do período).
- ELMIR, C.P. 1995. Os anos dourados de Porto Alegre: a construção do mito da Idade do Ouro na memória da cidade. In: A.M.M. HAGEN e P.R.S. MOREIRA (orgs.), *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre, Caixa Econômica Federal, p. 32- 49.
- FOUCAULT, M. 1987. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 239 p.
- NH, Novo Hamburgo, periódico semanal, 1963-1964 (todas as edições do período).
- PESAVENTO, S.J. 1992. *História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 140 p.
- PINTO, C.R.J. 1989. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo, Hucitec, 193 p.
- ÚLTIMA HORA, Porto Alegre, periódico diário, 1963-1964 (todas as edições do período).
- ZERO HORA, Porto Alegre, periódico diário, 1964 (todas as edições do período).

Submetido em: 26/06/2006

Aceito em: 21/08/2006

Beatriz T. Daudt Fischer  
Unisinos, RS, Brasil